

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	8
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	9
10.5 - Políticas contábeis críticas	10
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	11
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	12
10.8 - Plano de Negócios	13
10.9 - Outros fatores com influência relevante	14

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A FORMULARIO DE REFERÊNCIA

ITEM 5.1

Riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia não apresenta no momento exposição a riscos cambiais e a taxas de juros. Considerando sua atuação como empresa holding, os riscos de mercado são decorrentes das áreas de atuação que venham a ser escolhidas para investimento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**CEMEPE INVESTIMENTOS S/A
FORMULARIO DE REFERÊNCIA****ITEM 5.2**

Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

A Companhia se preocupa em proteger contra riscos de liquidez e de resultado, através da reestruturação de suas obrigações.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Idem acima.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia busca o gerenciamento do fluxo de caixa, visando evitar os problemas de liquidez.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia através de sua Diretoria efetua o controle de gerenciamento de riscos, com o monitoramento das áreas envolvidas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional da Companhia e seus controles internos são adequados para a verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A FORMULARIO DE REFERÊNCIA

ITEM 5.3

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não foram verificadas no último exercício social alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A FORMULARIO DE REFERÊNCIA

ITEM 5.4

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram apresentadas nos quadros anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**CEMEPE INVESTIMENTOS S/A****ITEM 10.1****Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A companhia tem utilizado fluxos de capital do acionista majoritário para o cumprimento de suas obrigações de curto prazo, representadas basicamente pelo débito tributário parcelado, reestruturado em 2009 em condições muito favoráveis e liquidado durante o ano de 2012.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia reduziu significativamente seu nível de endividamento a partir de 2009, em decorrência da adesão ao parcelamento de débitos tributários federais, instituído pela Lei 11.941/09.

O endividamento tributário, que era de R\$ 3.379 mil em 31 de dezembro de 2008 foi quitado durante o ano de 2012 após o reconhecimento dos descontos e ajustes permitidos no âmbito da legislação supra citada.

A Companhia informa que não existe no curto prazo previsão para realização de resgate de ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Companhia vem cumprindo os compromissos financeiros assumidos utilizando recursos do acionista majoritário. Finalizado o processo de reestruturação dos débitos tributários federais e considerando o fluxo de caixa projetado, entendemos que a capacidade de pagamento no curto prazo está preservada.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia tem utilizado como fonte de financiamento de capital de giro os recursos aportados pelo acionista majoritário a título de adiantamentos para futuro aumento de capital, que totalizam R\$ 5.187 mil em 31 de dezembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas e****g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

A Companhia não contratou operações de empréstimo ou financiamento com instituições financeiras ou outras entidades.

O endividamento em 31 de dezembro de 2012 decorre da provisão efetuada para o pagamento de despesas administrativas incorridas até o final do ano e vencíveis no mês de janeiro do ano de 2013.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2011 despesas de R\$ 249 mil em decorrência dos ajustes efetuados pela Secretaria da Receita Federal – RFB na consolidação do débito tributário federal parcelado de acordo com Lei 11.941/09,

Esse efeito ficou restrito ao exercício de 2011, tendo a Companhia apurado prejuízo de R\$ 143 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (prejuízo de R\$ 378 mil em 2011) refletindo o custo administrativo incorrido no período.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**CEMEPE INVESTIMENTOS S/A****ITEM 10.2**

- a. Resultados das operações da Companhia,**
- b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e**
- c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O prejuízo de R\$ 143 mil apurado pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 reflete basicamente seu custo administrativo, não tendo sofrido outros impactos relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A

ITEM 10.3

a. Introdução ou alienação de segmento operacional e

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**CEMEPE INVESTIMENTOS S/A****ITEM 10.4****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

A partir da edição da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, foram alterados, revogados e introduzidos diversos dispositivos constantes na Lei 6.404/76 – Lei das sociedades anônimas, no que se refere à matéria contábil, com aplicação para as demonstrações contábeis encerradas a partir de 31 de dezembro de 2008.

As mudanças implementadas tiveram como objetivo propiciar uma convergência entre as práticas contábeis brasileiras e aquelas derivadas das normas internacionais e contou ainda com a criação de um comitê destinado à edição das práticas contábeis convergentes, o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Foram emitidos pelo CPC diversos pronunciamentos contábeis refletindo o processo de adequação às normas emitidas pelo IASB, órgão responsável pela edição das práticas contábeis internacionais (IFRS).

As principais alterações trazidas pelas leis citadas e pronunciamentos do CPC, aplicáveis à Companhia e adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis encerradas a partir de 31 de dezembro de 2008 foram as seguintes:

- substituição da DOAR – demonstração das origens e aplicações de recursos pelo DFC
- demonstração dos fluxos de caixa, regulamentado pelo CPC 03;
- inclusão da DVA – demonstração do valor adicionado, regulamentado pelo CPC 09;

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Considerando a estrutura patrimonial atual da Companhia, não foram observados efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer emitido pelo auditor para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 não apresenta ressalvas. A seguinte ênfase foi incluída:

“As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, a qual tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro. Os planos da Companhia, com relação a este assunto, estão descritos no relatório da administração. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.”

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**CEMEPE INVESTIMENTOS S/A****ITEM 10.5**

Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração de suas demonstrações contábeis, a Companhia faz uso de estimativas, visando propiciar a mensuração e reconhecimento de determinados ativos e passivos.

Considerando a estrutura patrimonial atual da Companhia, foram observados os seguintes pontos:

- provisão para perdas em investimentos;
- provisão para contingências

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A

ITEM 10.6

Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os controles internos adotados pela Companhia são adequados as suas necessidades, e periodicamente revisados, no intuito de incorporar aprimoramentos.

- b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os controles internos da Companhia foram considerados satisfatórios pelo auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A

ITEM 10.7

Oferta pública de distribuição de valores mobiliários

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A

ITEM 10.8

Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

CEMEPE INVESTIMENTOS S/A

ITEM 10.9

Comentários sobre os itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

Não aplicável.